

Fonte: www.diariodecuiaba.com.br

Quarta feira, 14 de agosto de 2013

Edição nº 13674 14/08/2013

SECRETÁRIO DE SAÚDE

Anterior | [Índice](#) | [Próxima](#)

Deputados voltam a discutir exoneração

Denúncia de suposto desvio de verba federal fez mais parlamentares aderirem às críticas encabeçadas pelo PP contra a gestão de Mauri Rodrigues

PRISCILLA VILELA

Da Reportagem

A bancada do PP na Assembleia Legislativa deve ganhar “reforços” na empreitada pela exoneração do secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues (PP). Os parlamentares devem debater ainda nesta semana o assunto diante da denúncia do deputado federal Pedro Henry (PP) de que o gestor estaria desviando recursos federais destinados a um hospital de Sinop.

A afirmação é do deputado estadual Dilmar Dal Bosco (DEM), que tem base eleitoral no município. O democrata afirma ter se reunido na última semana com o congressista para se inteirar do assunto. Deixou o encontro fazendo parte do grupo que defende a saída de Mauri.

Henry, que comandou a secretaria de Saúde no início do governo Silval Barbosa (PMDB), afirmou em entrevista ao Diário, no último dia 4, que Mauri estaria desviando cerca de R\$ 3 milhões, segundo ele, encaminhados mensalmente pelo Ministério da Saúde para implantação de um hospital em Sinop.

Conforme o deputado, a unidade estava pronta, mas sem equipamentos, há pelo menos 10 anos. Durante o período em que ele esteve à frente da Pasta de Saúde estadual e Mauri da municipal, ambos teriam trabalhado juntos para inaugurar o hospital.

O progressista afirma, no entanto, que desde seu afastamento do governo do Estado, a unidade continua apenas com o pronto-atendimento funcionando, quando o Ministério da Saúde já encaminha verba suficiente para manter todos os leitos abertos.

“Acho isso uma vergonha. O Mauri saiu da secretaria em Sinop e, para mim, deve sair da secretaria do Estado também. Ele não atende ninguém e é arrogante”, criticou Dilmar.

A descoberta do suposto desvio, inclusive, teria sido um dos motivos que levaram o PP a pedir o afastamento de Mauri da secretaria, segundo Henry.

O pedido, no entanto, não foi atendido pelo governador Silval Barbosa (PMDB). À época, os progressistas argumentavam apenas que Mauri não estaria atendendo as necessidades do setor, o



que fez com que o chefe do Executivo rebatesse as afirmações pontuando que o secretário havia sido nomeado há apenas três meses.

A acusação pública feita por Henry, no entanto, pode dificultar ainda mais a vida de Mauri que, desde que assumiu, enfrenta um escândalo atrás do outro.

Além de ter “herdado” de seu antecessor o atraso nos repasses para os municípios, problema que teve que resolver, foi durante sua gestão que centenas de medicamentos de alto custo venceram nas dependências da secretaria sem serem distribuídos aos pacientes.

O caso mais emblemático, no entanto, foi sua afirmação de que o Estado não tem controle sobre os gastos com as organizações sociais de saúde (OSSs). O próprio Silval disse ter estranhado a declaração. Apesar disso, amenizou, dizendo apenas ter colocado o secretário em contato com os números.

OUTRO LADO - Por meio da assessoria de imprensa, Mauri Rodrigues afirmou que não vai se pronunciar sobre as denúncias de Henry.

Fonte: www.rdnews.com.br

[TODAS AS NOTÍCIAS](#) | [MAIS COMENTADAS](#)

[SAÚDE](#) | 14/08/2013 - 07:32

Governo investiga fraude no depósito de materiais de expediente

Valérya Próspero



A secretaria estadual de Saúde, sob Mauri Rodrigues, instaurou Processo Administrativo para apurar a responsabilidade da empresa Agilize Serviços de Entrega e Transporte Rodoviário em supostas irregularidades na prestação de serviços. A Agilize é responsável pelo armazenamento e distribuição de materiais de expediente, copa e limpeza. O ato foi publicado no Diário Oficial que circulou nessa terça (13).

Relatório realizado pela Auditoria-Geral do Estado (AGE), em fevereiro do ano passado, mostra que o estoque de material existente para abastecer a secretaria de Saúde, era diferente do inventário registrado no governo do Estado. Alguns produtos estavam disponíveis em menor quantidade que a lista e outros em maior. Os gestores, no entanto, não souberam informar qual seria o montante do prejuízo ao erário. Além da AGE, o Ministério Público também

havia requisitado informações quanto à liquidação de despesas e sobre o sistema utilizado pela Empresa Agilize.

Em sua defesa, a empresa alegou que ocorreu assalto a mão armada em sua dependência, o que ocasionou roubo de diversas mercadorias pertencentes à secretaria de Saúde. Agora, todas as versões serão averiguados pela Comissão instaurada. Há a possibilidade de rescisão de contrato por descumprimento de cláusula contratual.

A Comissão Processante, criada quase um ano e meio depois da conclusão do relatório da AGE, é formada pelos servidores Maykel Ponçoni, Ana Maria da Silva e Daniela Correa da Costa. O grupo tem 10 dias para iniciar os trabalhos, que tem previsão de conclusão de 60 dias, prorrogáveis por mais 60.

Relatório da AGE identifica compras e pagamentos ilegais

Fonte: www.midianews.com.br

POLÍTICA / SAÚDE PÚBLICA

14.08.2013 | 13h30 - Atualizado em 14.08.2013 | 10h56

Tamanho do texto A- A+

Rabello solicita ambulância para o município de Feliz Natal

O veículo é considerado de suma importância para dinamizar o pronto-atendimento à comunidade de Feliz Natal

AL/MT

Após o retorno das atividades do segundo período na Assembleia Legislativa de Mato Grosso, o deputado Walter Rabello (PSD) apresentou indicação ao Secretário de Estado de Saúde solicitando que seja viabilizado com urgência um veículo ambulância para o município de Feliz Natal.

As autoridades da cidade não estão medindo esforços para conseguir atender a população na área da saúde, já que a municipalidade não tem mais condições de consertar os veículos antigos, e não possuem recursos financeiros para a compra de uma nova ambulância.

O veículo é considerado de suma importância para dinamizar o pronto-atendimento à comunidade de Feliz Natal. O parlamentar destacou que a medida se torna necessária por ser o único serviço devidamente adaptado para transportar a população daquela região.

“Faço este pedido ao secretário, atendendo um apelo do Prefeito José Antonio Dubiella, e espero que seja atendido com a máxima urgência, sabendo que se tratando de saúde temos que correr contra o tempo, assim sendo, espero que seja possível encaminhar o mais rápido possível o veículo ambulância para o município de Feliz Natal, para melhor tratamento na área da saúde no que tange ao transporte de pacientes”, pontua Rabello.

Fonte: www.saude.mt.gov.br

Notícia

14/08/2013 - CIDA CAPELASSI Assessoria SES/MT

Mauri participa do XIII Seminário da Integralidade

O secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima, participou na manhã desta quarta-feira (14/08), do debate do XIII Seminário Integralidade, promovido pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), com apoio da Escola de Saúde Pública (ESP-MT/SES). O XIII Seminário Nacional do Projeto Integralidade tem como tema a "Construção social da demanda por cuidado" e pretende debater o direito à saúde, o trabalho em equipe e espaços públicos e participação social.

A Mesa redonda discutiu o tema O Cuidado na Atenção Primária e nas Redes de Atenção a Saúde e teve como expositores Heider Pinto-Diretor da Atenção Básica - MG, Jurandir Frutuoso - Secretário Executivo do CONASS, Paulo Poli - Atenção Básica - Curitiba-PR, João Henrique Scatena - Instituto Saúde Coletiva - UFMT e Kátia Damascena da Silva-ONG Coração Amigos.

O evento faz parte do calendário anual dos pesquisadores e profissionais de saúde coletiva. Para o professor Júlio Müller da Universidade Federal de Mato Grosso e pesquisador do Sítio Avançado Lappis-Centro-Oeste, "os seminários da Integralidade têm uma característica peculiar. Ao se orientar pelo conceito de integralidade, eles terminam por mobilizar não

apenas os pesquisadores e produtores de conhecimento", diz o professor, "mas também aqueles que estão em serviço, construindo o SUS no cotidiano e as diferentes instâncias onde se dão as práticas de trabalho".

O Secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues de Lima enalteceu o evento, e disse que os debates visam fortalecer as formas de Gestão do SUS, o aprimoramento dos processos de trabalho bem como a interação entre trabalhadores e usuários. "São várias mesas de debates e acima de tudo a troca de experiência de cada debater norteará a gestão do Sistema Único de Saúde no fortalecimento de seus preceitos a Universalidade, a Equidade e a Integralidade"

O XIII seminário da Integralidade: Construção Social da Demanda por Cuidado **acontece no** Hotel Fazenda Mato Grosso de 13 a 16 de agosto

O evento é realizado pelo Lappis, do Instituto de Medicina Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Lappis/IMS/UERJ) e pelo Núcleo de Desenvolvimento em Saúde, do Instituto de Saúde Coletiva, da Universidade Federal de Mato Grosso (NDS/ISC/UFMT). São parceiros da proposta a Escola de Saúde Pública/SES-MT-MT e o Aneps, com apoio e patrocínio da OPS, MS, Abrasco, Cepesc/UERJ, ISC/UFMT, Fapemat, F. Uniselva, Cosems/MT, GSP, SMS/Cuiabá e Grupo de Saúde Popular (GSP).

Fonte: www.24horasnews.com.br

14/08/2013 14:00:00

Diamantino estrutura rede municipal de Saúde; projetos marcam avanços no setor

Redação

24 Horas News

A- A A+

O secretário municipal de Saúde de Diamantino, Itamar Martins Bonfim, informou à imprensa que a saúde diamantinense passa por remodelação, tendo em vista que o município é polo na região Centro Norte e destacou adequações na estrutura existente, com projetos de expansão e modernização da rede.

“Estamos trabalhando com nossa equipe, ouvindo cada um e remodelando o Sistema Único de Saúde no município. Temos uma cobertura satisfatória com as Estratégias de Saúde da Família (ESFs), Pronto Atendimento (PA), Serviço de Assistência Especializada (SAE/CTA), Centro de Atenção Psicossocial (CAPS), entre outros”, pontuou.

O secretário anunciou que depois da aquisição da ambulância UTI, os próximos projetos são para construção de um novo prédio para o CAPS, no antigo Centro de Recreativo Diamantinense (CRED); construção de duas Unidades Básica de Saúde

(UBS) sendo no Jardim Alvorada e Posto Gil; construção de uma ampla Academia da Saúde em frente à Prefeitura.

As ESFs Buriti, Bairro da Ponte, Pé Branco, Bom Jesus, Bojui, foram reformadas e ampliadas, o Centro de Saúde, as UBSs da Caeté e Deciolândia estão em reforma, a próxima obra ocorrerá na UBS do bairro Pedregal.

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Quarta, 14 de agosto de 2013, 15h03

Tamanho do texto A- A+

VERBA FEDERAL

Ministério da Saúde libera R\$ 516 mil aquisição de medicamento em MT

Os remédios são para tratamento de doenças como Alzheimer, osteoporose, problemas pulmonares e cardíacos crônicos, entre outras.

ALLINE MARQUES

O Ministério da Saúde liberou R\$ 516.700 para o governo de Mato Grosso adquirir medicamentos de alto custo. O repasse é para julho, agosto e setembro no valor de R\$ 172.233 por mês. Ao todo, o governo federal liberou um montante de R\$ 182 milhões para todo o país.

Em Mato Grosso, o valor repassado não sofreu reajuste e é o mesmo enviado para os meses de março, abril e maio. A portaria 1659, referente à liberação da verba, foi publicada na terça-feira (13), no *Diário Oficial da União* (DOU).

O dinheiro é para aquisição de medicamentos direcionados para os casos mais complexos e doenças raras. Eles são utilizados no tratamento de doenças como Alzheimer, osteoporose, problemas pulmonares e cardíacos crônicos, entre outras.

Estes remédios serão adquiridos pelos estados com transferência de recursos financeiros pelo Ministério da Saúde, na modalidade Fundo a Fundo.

De acordo com informações da portaria, o fornecimento de medicamentos deve obedecer aos critérios de diagnóstico, indicação de tratamento, inclusão e exclusão de pacientes, esquemas terapêuticos, monitoramento, acompanhamento e demais parâmetros contidos nos Protocolos Clínicos e Diretrizes Terapêuticas (PCDT) estabelecidos pelo Ministério da Saúde, de abrangência nacional.

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Quarta, 14 de agosto de 2013, 15h12

Tamanho do texto A- A+

NEGOCIAÇÃO

AMM e governo negociam pagamento de R\$ 23 milhões às prefeituras

Chiquinho do Posto informou que há 20 dias um grupo de trabalho da AMM e do governo tem reunido para discutir forma de pagamento

ALLINE MARQUES

A dívida do governo do Estado com as prefeituras na área da saúde está mais uma vez no foco da discussão que se alonga desde o final do ano passado. O governador Silval Barbosa (PMDB), o secretário de Estado de Saúde, Mauri Rodrigues, e o presidente da Associação Mato-grossense dos Municípios, Valdecir Colle (PSD), o Chiquinho do Posto, estiveram reunidos nessa terça-feira (14) para discutir o pagamento dos R\$ 23 milhões que devem começar a ser repassados a partir de setembro.

Chiquinho do Posto informou que há 20 dias um grupo de trabalho da AMM e do governo estão reunidos discutindo a forma de pagamento. Após reunião com o governador, ficou decidido que a partir de setembro as prefeituras devem começar a receber os repasses atrasados.

Porém, de acordo com o presidente da AMM, forma de pagamento ainda será discutida com o governo. Ele contou que esta semana ainda deve ocorrer uma nova reunião com Silval para definir as condições dos repasses.

A dívida é referente a restos a pagar que ficaram pendentes do ano passado. O montante antes era de R\$ 46 milhões, porém, 50% foram pagos ainda no primeiro semestre. Em função dos atrasos, em março deste ano o Ministério Público Estadual (MPE) chegou a pedir o afastamento do secretário.

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Quarta, 14 de agosto de
2013, 11h38

Tamanho do texto A- A+

SÓ 10% DA DEMANDA

Primeiro mês do Mais Médicos tem 1.096 profissionais brasileiros e 522 estrangeiros
Dos médicos inscritos com registro fora do país, 164 deles são brasileiros formados em outros locais

PORTAL UOL

O primeiro mês do Programa Mais Médicos teve um total de 1618 profissionais - 1.096

brasileiros e 522 estrangeiros - inscritos. O número representa 10% da demanda dos municípios por médicos. Os dados foram apresentados pelo Ministério da Saúde nesta quarta-feira (14) em Brasília.

Segundo o secretário do Ministério da Saúde Mozart Sales, do total de inscritos, 761 médicos vão para regiões consideradas de alta vulnerabilidade. Sales também informou que 68% dos participantes possuem registro profissional no Brasil, 58% são homens, e 71% se formaram nos últimos 10 anos.

Dos 522 médicos inscritos com registro fora do país, 164 deles são brasileiros formados em outros locais, como Espanha, Cuba, Argentina e Portugal. Destes, 56% irão para a periferia e 44% para regiões de alta vulnerabilidade. Estes médicos vieram de 32 países; 63% deles são homens e a maioria está no primeiro terço da carreira. Muitos dos médicos de fora do Brasil vieram de regiões de fronteira com outros países, segundo o secretário.

Marcos Lopes/HiperNotícias



Médicos protestam contra programa Mais Médicos em Cuiabá

O programa irá atender 579 municípios e 18 distritos sanitários indígenas, o que representa apenas 16% dos que fizeram inscrição para receber médicos. Desses, mais da metade está em situação de extrema pobreza. Dos 3.511 municípios inscritos, 703 não foram selecionados por nenhum médico.

O Nordeste foi a região com maior contingente de vagas preenchidas, com um total de 547 médicos. No Centro-Oeste, 158 homologaram as inscrições. No Sudeste, houve 371

homologações e, no Sul, 103.

Os profissionais inscritos vão receber uma bolsa de R\$ 10 mil reais. Segundo o edital, quem desistir nos primeiros meses do programa terá que reembolsar os valores. O mesmo vale para médicos que exercerem a profissão fora do SUS. No caso de estrangeiros, o profissional ainda terá seu visto cancelado em caso de desistência ou falta de adaptação ao programa.

O ministro da Saúde Alexandre Padilha frisou que o resultado desse primeiro mês de inscrições mostra que faltam médicos para atuar em regiões carentes do país.

Padilha lembra que em 19 de agosto será o sistema será reaberto novamente para inscrição de municípios e, depois, haverá uma nova seleção no final do ano. "Queremos evitar troca de médicos e impedir que profissionais troquem os vínculos com a prefeitura onde atuam para entrar no programa. É o Mais Médicos e não o 'troca de médicos'".

O ministro disse que ainda há médicos de dentro e fora do país interessados no programa. "Vários que concluíram a formação agora em julho expressaram interesse. E há também profissionais de outros países, que estavam de férias, também interessados".

Para ele, o mais importante é que "6 milhões de pessoas passarão a ser atendidos a partir de setembro e 95% dos municípios que solicitaram médicos executaram ou estão executando melhorias na infraestrutura"

Estrangeiros

Entre 15 a 18 de agosto, há um contingente de profissionais que terá de fazer a validação final de sua documentação para que seja emitida a passagem, o que acontecerá após verificação de todos os dados. Já entre 23 e 25 agosto, os médicos estrangeiros receberão um curso de acolhimento para iniciar sua atuação no território brasileiro.

Em setembro, esses médicos com registro do exterior, inclusive brasileiros, irão se concentrar em oito capitais para avaliação e acolhimento. Serão três semanas iniciais para avaliação da língua portuguesa e instruções sobre doenças tropicais. Além disso, os profissionais vão passar por avaliações e receberão conteúdos das instituições vinculadas ao programa. Aqueles que forem aprovados chegarão em 1º de outubro aos municípios escolhidos.

"Eles não farão a revalidação do diploma. Quem irá avaliar a qualidade desses profissionais são as universidades federais vinculadas ao programa. Eles serão acompanhados durante três semanas e queremos um profissional com dedicação total ao SUS, à periferia ou ao interior, não que venha para abrir sua clínica", explicou Padilha.

Fonte: www.hipernoticias.com.br

Terça, 13 de agosto de 2013, 17h56

Tamanho do texto A- A+

SAÚDE EM INVESTIGAÇÃO

Ipas ainda não foi notificado sobre os remédios vencidos

O superintendente do Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (Ipas), Edemar Paula da Costa, questiona a condução dada pelo caso dos remédios vencidos.

ELIANA BESS

Mesmo sem receber o relatório da Auditoria Geral do Estado (AGE) e sem ser notificado, o superintendente do Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde (Ipas), Edemar Paula da Costa, disse que não concorda com a situação da maneira como está sendo conduzida, ou seja, da direção da Secretaria de Saúde não ter conhecimento sobre a data de vencimento. E que a falta de medicamentos não se deve ao vencimento, mas sim porque o Estado está há seis meses sem comprar os produtos.

"Tanto a Secretaria de Estado de Saúde como a Secretaria de Fazenda têm acesso ao sistema informatizado para saber medicamento que vai vencer hoje, amanhã ou daqui a 180 dias, podendo acessar de qualquer lugar. Desde setembro de 2011 o Estado vem sendo informado dos medicamentos por vencer", afirma Edemar.

O superintendente disse que ainda não teve acesso ao documento da AGE e que assim fica difícil falar, está aguardando ser notificado para tomar uma posição, mas adiantou que não abre mão da verdade.

"Já nos condenaram antes de ter o relatório de auditoria, para que auditoria? Se já condenaram, agora queremos que seja apurado até o final, quero ver onde errou e quem errou".

O Instituto também trabalha com auditoria externa dos serviços que oferece para população e, portanto não concorda com tudo o que foi levantado pelo Estado. Mas não culpa ninguém pelo ocorrido, explicou que o prejuízo é um risco de negócio para quem trabalha com produtos perecíveis.

"A lei permite a perda de 3%. O contrato do Ipas com o Estado permite uma perda de 2%. E o instituto hoje pratica 0,43%", argumenta.

MINISTÉRIO

Quanto ao lote de medicamentos enviados pelo Ministério da Saúde acima da quantidade necessária, ele acredita que o próprio Ministério comprou mal e jogou a responsabilidade para o Estado.

Edemar entende que o que não poderia era esses mil pacientes de HIV ficarem sem medicamentos. Ou seja, entre perdas de vida e capital, preservou-se a vida. Às vezes só tem aquele medicamento ou leva ou fica sem. Para não deixar o paciente sem remédio, aceita o que o Ministério tem.

Segundo o superintendente existe uma Portaria Inteligente da secretaria, onde se

preserva a vida. "O Ipas respeitou a Portaria e agora dizem que ela não vale. Não interessa as pessoas que estão assumindo, tem que dar continuidade ao trabalho", pontuou. A Portaria foi assinada antes do secretário assumir a Pasta.

Para Edemar, pode ter acontecido erro sim, mas é questão de transparência para o instituto que atua a 56 anos no mercado apurar para ver de onde partiu o erro e levar esclarecimento público a sociedade.

Não pode sair com a idoneidade manchada por informações que não são verdadeiras. Disse que não houve falta de medicamentos para população por causa de estarem vencidos, mas porque o Estado há seis meses não compra medicamentos.

GOVERNO

A assessoria da AGE informa que a Comissão Processante publicada no dia 7 de agosto, tem 10 dias a contar da publicação no *Diário Oficial do Estado* nessa data para notificar o Ipas, segundo a Portaria 93/2013, que instaurou a comissão. A comissão tem 60 dias para concluir o trabalho e pode ser prorrogada.

Fonte: www.sonoticias.com.br

SAÚDE

14 de Agosto de 2013 - 07:16

Cai 12% verba do consórcio de saúde na região de Alta Floresta

Fonte: Só Notícias/Weverton Correa

Os repasses destinados pelas seis prefeituras que formam o Consórcio Intermunicipal de Saúde do Alto Tapajós (sediado em Alta Floresta) foram de R\$ 564,6 mil, de janeiro a junho, para manutenção das atividades do hospital regional. O número é do Tribunal de Contas do Estado, que aponta uma redução de aproximadamente 12% em relação ao mesmo período do ano passado, quando a receita registrada atingiu R\$ 642,3 mil. O valor de julho ainda está sendo levantado.

Os números do Tribunal de Contas mostram que o valor das despesas empenhado no período também foi pouco superior a R\$ 780,5 mil, sendo R\$

471,4 mil liquidados e R\$ 424,3 mil pagos. Para vencimentos e vantagens fixas (pessoal civil) foram R\$ 72,5 mil; obrigações patronais R\$ 22,2 mil; outros serviços de terceiros (pessoas físicas) R\$ 71 mil; outros serviços de terceiros (pessoa jurídica) R\$ 604,1 mil; material de consumo R\$ 2,2 mil; obrigações tributárias e contributivas R\$ 5,6 mil e equipamentos e material permanente R\$ 2,6 mil.

O consórcio abrange Alta Floresta, Apiacás, Carlinda, Nova Bandeirantes, Nova Monte Verde e Paranaíta. As prefeituras das 15 cidades "enviam" pacientes para serem atendidos no Hospital Regional Albert Sabin (Floresta) e pagam pelos serviços prestados.

Fonte: www.sonoticias.com.br

GERAL

14 de Agosto de 2013 - 11:31

Profissionais selecionados no Mais Médicos correspondem a 10,5% da demanda

Fonte: Agência Brasil

Na primeira edição, o Programa Mais Médicos selecionou 1.618 profissionais para atuar em 579 postos da rede pública em cidades do interior do país e periferias de grandes centros. Desse total, 1.096 médicos têm diploma brasileiro e 522 são médicos formados no exterior. Os participantes do programa correspondem a 10,5% dos 15.460 profissionais necessários, segundo demanda apresentada pelos municípios. O balanço foi divulgado hoje (14) pelo Ministério da Saúde.

Os diplomas estrangeiros são de 32 países. A maioria da Argentina (141),

seguida por Espanha (100), Cuba (74), Portugal (45), Venezuela (42), México (26) e Uruguai (25). Cerca de 70% dos médicos, tanto estrangeiros quanto brasileiros, se formaram nos últimos dez anos.

De acordo com o ministério, 67,3% dos médicos vão atuar em regiões de extrema pobreza e distritos de saúde indígena. "Essa foi uma estratégia importante para ocupar postos em região de fronteira", disse o ministro da saúde Alexandra Padilha. O balanço mostra ainda que dos 3.511 municípios inscritos, 703 não foram contemplados com nenhum médico.

Na avaliação do ministro, o primeiro mês do programa deixou claro que o Brasil não tem número suficiente de médicos para atender a todas as áreas carentes do país. "O que nos move é levar médicos para quem precisa e para isso vamos usar todas as medidas legais", disse.

No próximo dia 19, o ministério abrirá inscrições do programa para médicos e municípios, no segundo mês de seleção. "Em agosto, temos a expectativa de que vários médicos que se formaram no mês de julho se inscrevam", disse o ministro Padilha. Após essa etapa, a inscrição para municípios será reaberta apenas no final do ano.

No Mais Médicos, os profissionais formados no Brasil e os que têm diplomas revalidados no país têm prioridade nas vagas para as regiões carentes. Os postos que não forem preenchidos por eles são ocupados por médicos brasileiros que se formaram no exterior e, em seguida, pelos estrangeiros.

No caso dos estrangeiros, antes de iniciar o trabalho, os profissionais passarão por três semanas de capacitação, com foco no funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e língua portuguesa. Durante o período de atuação, terão o trabalho supervisionado por universidades. Os estrangeiros não precisarão fazer

o Revalida (Revalidação de Diplomas Médicos Expedidos por Instituições de Educação Superior) e, por isso, terão registro provisório por três anos para atuar na atenção básica e com validade restrita ao local para onde foram designados.

O Programa Mais Médicos foi criado por medida provisória e tem entre os objetivos ampliar o número de médicos nas regiões carente do país.

Fonte: www.sonoticias.com.br

SAÚDE

14 de Agosto de 2013 - 14:23

Estado e município devem remanejar recursos para hospital em Cuiabá

Fonte: Só Notícias com assessoria

O Estado de Mato Grosso e o município de Cuiabá terão 60 dias para habilitarem o Hospital Universitário Júlio Müller (HUJM) a realizar exames e cirurgias oftalmológicas para pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). Para garantir os atendimentos, os Executivos vão ter que providenciar verbas suplementares do orçamento da área de saúde ou remanejar recurso de publicidade, cerimonial, secretaria de governo ou ainda da Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo (Secopa) para o custeio dos procedimentos hospitalares.

A decisão é do juiz Alex Nunes de Figueiredo, designado para atuar em regime de exceção na Vara de Ação Civil Pública e Ação Popular, na capital, em atendimento à ação impetrada pelo Ministério Público Estadual. O magistrado definiu multa diária de R\$ 500 mil a serem pagos solidariamente pelo Estado e município, caso a sentença seja descumprida.

O juiz afirma que fatos de má administração dos gestores públicos são a causa da chamada 'judicialização da saúde', acrescentando que tanto gestões atuais quanto as passadas se enquadram nessa situação. "A indiferença do governo estadual com a saúde é tanto que ele gasta centenas de milhões de reais com obras da copa do mundo, enquanto que milhares de pessoas do município de Cuiabá e do Estado de Mato Grosso estão à procura de tratamento de saúde para cura de doenças da visão, sem falar nos demais males, sem, contudo conseguir", afirma o juiz em trecho da decisão.

Para garantir o atendimento aos usuários que estão aguardando na fila de espera, os Executivos serão obrigados a contratar a rede privada se o HUJM não dispuser de alguns dos serviços ou se os oferecidos não forem suficientes para atender à demanda. Nenhum paciente deverá aguardar mais de 30 dias para realizar exame ou cirurgia.

Nos autos o MPE afirma que por diversas ocasiões foi tentado, em vão, resolver a questão na esfera extrajudicial e que o próprio HUJM se mostrou interessado em se credenciar para prestar os serviços, mas as administrações públicas se mostraram inertes.

"Ora, a inércia dos agentes públicos do Estado de Mato Grosso e do Município de Cuiabá no que concerne ao adimplemento das imposições constitucionais traduz inaceitável gesto de desprezo pela autoridade da Constituição e formata, diante da situação de desgraça vivida pelos menos favorecidos usuários do SUS mato-grossense, por isso mesmo, comportamento asqueroso, sórdido e repugnante que deve ser evitado", ressalta o magistrado.

O magistrado listou uma série de procedimentos, exames e cirurgias oftalmológicas que deverão ser realizadas e determinou 12 meses para que toda a demanda reprimida seja resolvida.

Fonte: www.reportermt.com.br

Política

SEM LICITAÇÃO

Secretaria de Saúde compra R\$ 3 milhões em medicamentos

A compra mais cara foi feita com a Hospfar, empresa goiana, que deve levar R\$ 2,8 milhões pelo fornecimento dos remédios. Em julho, a empresa também foi contratada no valor de R\$ 2,1 milhões.

RENAN MARCEL 14/08/2013 11:49, atualizado às 14/08/2013 14:16

[Secretário Mauri Rodrigues, já se queixou da judicialização da Saúde em MT \(Foto: RepórterMT\)](#)

A Secretaria Estadual de Saúde (SES) adquiriu R\$ 3.376.491,40 (três milhões, trezentos e setenta e seis mil, quatrocentos e noventa e um reais e quarenta centavos) em remédios comprados com dispensa de licitação (em caráter emergencial), para atender, na maioria dos casos, a demandas e determinações judiciais. As aquisições foram publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso (DOE-MT) que circula nesta quarta-feira (14).

A compra mais cara foi feita com a Hospfar, empresa goiana, com filial em Cuiabá, que é especializada em comércio de produtos hospitalares. A empresa aparece três vezes nas dispensas publicadas no DOE. O acordo ficou em R\$ 2.870.966,64 (dois milhões, oitocentos e setenta mil, novecentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), o que corresponde a aproximadamente 85% do valor total das aquisições. No final de julho deste ano, a SES formalizou, também no DOE, outra compra de medicamentos com Hospfar no valor de R\$ 2,1 milhões.

Dessa vez, outras 12 empresas também devem fornecer medicamentos à Saúde. A BSB Comércio de Produtos Hospitalares Ltda., de Brasília, por exemplo, deve receber R\$ 152.994,23 para o serviço. O contrato é o segundo mais caro das aquisições.

O Diário Oficial publicou, no total, dez dispensas de licitação. Seis delas são para cumprir determinações judiciais, o que reflete a judicialização da saúde pública em Mato Grosso, que já foi bastante criticada pelos gestores das Organizações Sociais de Saúde (OSS) e pelo próprio secretário Mauri Rodrigues. A dificuldade para obter atendimento e medicamentos têm forçado os usuários a recorrerem à Justiça para ter acesso ao direito. O Governo alega que, muitas vezes, não existem condições para cumprir as liminares.

Fonte: www.odocumento.com.br

Cidades

Vereador afirma que asfalto ao Aguaçu é questão de saúde

14/08/2013 - 15h11

A- A+

Da Redação

Mais uma vez, o vereador Oséas Machado, do PSC, usou a tribuna do Parlamento cuiabano para tentar sensibilizar o Executivo local a concluir o asfaltamento do restante do trecho que liga a MT-401 ao Aguaçu. Conforme Oséas, os moradores do distrito estão sendo penalizados por ter que enfrentar poeira densa ao transitar pela área. O desabafo do parlamentar foi feito ontem (13-08) cedo, e mereceu apoio dos colegas da Casa de Leis.

"Quero crer que providências urgentes serão tomadas pelo Palácio Alencastro. Mesmo porque não dá mais para adiar a conclusão dessa malha asfáltica ao Aguaçu. Nesses quilômetros faltosos, armazenou-se uma poeira fina, tipo cimento, bastante prejudicial à saúde. Muita gente tem se queixado de dores no peito, tosses, problemas respiratórios em geral, decorrentes da intoxicação pulmonar. Essa poeira "flutua" fácil a cada carro que passa no local, e quem sofre mais são os pedestres, ciclistas, moradores da área. No final, a camada "aterriça" nas áreas adjacentes nos três quilômetros rumo ao Aguaçu".

Além do asfalto, Oséas tem mobilizado lideranças comunitárias da região a formarem um grupo de trabalho pró-reativação e operacionalização da Escola Agrícola do Aguaçu, patrimônio sob a 'responsabilidade da Prefeitura', abandonado há anos e sucateado por vândalos e ladrões.

"Tenho estado lá e debatido essa questão da escola com as lideranças comunitárias. Todos querem que ela retome suas atividades, capacitando os jovens na área rural. Isto significa maior produtividade e qualidade mais aprimorada dos produtos que o Aguaçu produzirá futuramente. Mas, para isto acontecer, o município precisa soerguer esse núcleo educacional rural, reformando-o e mobiliando-o. Muitos gestores prometeram isso, mas nada aconteceu ainda".

Fonte: www.odocumento.com.br

Política

Hospital psiquiátrico corre risco de fechamento em Rondonópolis

14/08/2013 - 01h48

A- A+

Da REdação

O deputado estadual, Ondanir Bortolini -Nininho (PR) e os outros três colegas parlamentares que representam a Região Sul de Mato Grosso e tem base eleitoral em Rondonópolis, Sebastião Rezende (PR), J. Barreto (PR) e Teté Bezerra (PMDB) cobraram do governador Silval Barbosa uma posição quanto ao pedido de aumento de repasse ao Hospital Psiquiátrico Paulo de Tarso -referência em recuperação de pessoas com transtornos psicológicos e dependentes químicos, em Rondonópolis. A unidade corre risco de fechar as portas.

Os deputados acompanharam os vereadores Hélio Pichioni (PR) e Manoel da Silva Neto (PMDB) juntamente à diretora geral do Paulo de Tarso, Cristina Luz e o diretor clínico, Erival Borges em uma audiência promovida na tarde desta terça, no Palácio Paiaguás, em Cuiabá. De acordo com Nininho, Silval dará uma resposta à solicitação na próxima sexta-feira (16), quando estará em Rondonópolis.

“O governador fará uma visita ao hospital e, na ocasião, vai anunciar que medidas deve adotar para conter a atual crise”, adiantou Nininho. Durante a audiência dessa terça, os vereadores explicaram a situação da unidade para o governador. O déficit mensal gira em torno de R\$ 40 mil a R\$ 50 mil, provocando um rombo financeiro e, principalmente, interferindo diretamente na piora da qualidade dos serviços prestados.

Nininho lembrou que no primeiro semestre desse ano, o governo promoveu cortes de repasse na Saúde que afetaram vários hospitais no Estado, entre eles, o Paulo de Tarso que passou a receber menos R\$ 24 mil mensais dos R\$ 129,7 mil que eram repassados.

“A bancada de deputados da Região Sul está unida reivindicando uma posição do governador para que o Paulo de Tarso não feche as portas. Rondonópolis é referência em Saúde para a Região e, caso não receba a devida atenção, pode piorar o atendimento em

saúde. Lutamos não só por essa unidade psiquiátrica, como continuamos cobrando a UTI Pediátrica para nossa cidade”, ressaltou o parlamentar.

Atualmente, o Paulo de Tarso conta com uma equipe de 100 funcionários, possui 82 leitos para atendimento unicamente do SUS. Entre os pacientes, 48% são de dependentes químicos e 52% utilizam atendimento psiquiátrico.